

EXPLODE A CRISE NA FUNDAÇÃO ZERBINI

Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



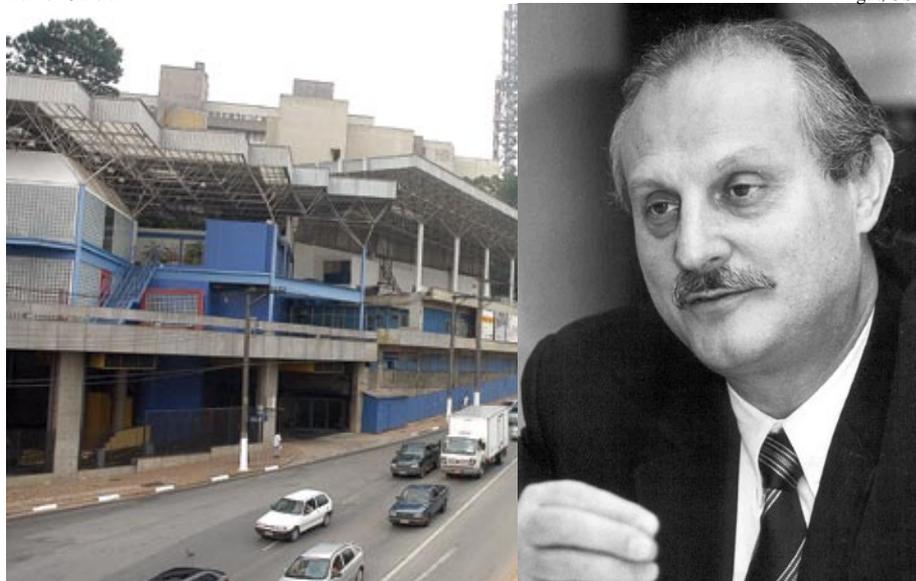
A disputa que opõe a cúpula do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP à direção do Instituto do Coração (InCor) e da Fundação Zerbinini torna públicas as distorções provocadas pela privatização daquele complexo hospitalar. Os meios de comunicação descobriram que a dívida da instituição privada ultrapassa R\$ 200 milhões

Noticiada em primeira mão pelos veículos de comunicação da Adusp, a crise da Fundação Zerbini, que administra os recursos do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP, finalmente ganhou espaço nos grandes jornais e demais meios de comunicação em massa, no início de dezembro de 2005. Rapidamente o caso ganhou contornos escandalosos.

Em decisão surpreendente, o Conselho Deliberativo do HC destituiu do cargo de diretor do InCor o professor José Antonio Franchini Ramires, titular de Cardiologia da Faculdade de Medicina e vice-presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT). Entre os motivos alegados, as dificuldades financeiras da fundação, cuja dívida já ultrapassa R\$ 200 milhões, e um *modus operandi*, atribuído a Ramires, independente dos colegiados e excessivamente centralizador. Porém, Ramires obteve uma liminar na 7ª Vara da Fazenda Pública e permaneceu no cargo, criando-se assim uma situação inédita na USP e possivelmente no serviço público em São Paulo.

Na troca de acusações posterior, nas páginas dos jornais, soube-se que uma denúncia contra o diretor do InCor foi encaminhada à Promotoria de Fundações. Ramires teria usado recursos da fundação em proveito próprio. Diante de tudo isso, a USP... não se manifestou até o fechamento desta edição, em 12 de janeiro de 2006.

Daniel Garcia



A primeira reportagem publicada em jornal de circulação nacional saiu na *Folha de S. Paulo* de 3/12/2005 (p. C12). O texto, que se baseava em declarações do professor Giovanni Guido Cerri, diretor da Faculdade de Medicina e presidente do Conselho Deliberativo do HC, conta que a destituição de Ramires ocorreu devido a “problemas administrativos no instituto e questões financeiras na Fundação Zerbini”. Cita que a Fundação Zerbini possui uma dívida de R\$ 40 milhões.

Esse é apenas um dos dados discrepantes publicados nos jornais. Em outubro de 2005, o *Informativo Adusp* 201 revelou que a Fundação Zerbini devia R\$ 115 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), finan-

O Ministério Público recebeu representação contra o professor José Franchini Ramires, principal dirigente do InCor e da Fundação Zerbini, acusado de desmandos administrativos

ciado por recursos públicos, como os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2001, conforme declarou o então presidente da fundação, Fernando Menezes, à *Revista Adusp* 24, a dívida com o banco era de R\$ 70 milhões. Entre 2001 e 2005 houve, portanto, aumento nominal de 64% no montante, apesar de, em dezembro de 2003, ter havido uma renegociação com o BNDES.

O empréstimo com o BNDES, contraído em 1997, teria sido de R\$ 69 milhões (e não de US\$ 55 milhões, nem R\$ 55,6 milhões, como citado na *Revista Adusp* 24, p. 84). No final de 2002, a Zerbini devia ao banco R\$ 115 milhões. Em 2003, as cifras chegaram a R\$ 120 milhões. Como resultado da negociação, ficou acer-

MEMÓRIAS DE UM ESCÂNDALO

Fundação Zerbini procura superar turbulência financeira
(Revista Adusp 24, dezembro de 2001)

“Isso aqui tem sido um trem fantasma: cada curva tem um esqueleto”

(Revista Adusp 24, dezembro de 2001.

Entrevista com Fernando Menezes, presidente da FZ)

Em crise, Fundação Zerbini deve R\$ 115 milhões ao BNDES
(Informativo Adusp 201, 31/10/2005)

Cúpula do Hospital das Clínicas decide afastar diretor do Incor
(Folha de S. Paulo, 3/12/05)

Diretor do Incor investigado por suposto desvio de verba
(Diário de S. Paulo, 10/12/05)

Dívida de R\$ 200 milhões provoca afastamento de presidente de fundação do Incor
(Globo On Line, 12/12/05)

Briga esquentada entre Incor e HC
(Estado de S. Paulo, 12/12/05)

Conselho critica diretor do Incor por dívida acumulada
(Diário de S. Paulo, 13/12/05)

Fundação do Incor deve R\$ 200 milhões
(Folha de S. Paulo, 13/12/05)

tado que o financiamento, que estava sujeito a uma taxa de juros de 1,5% ao mês, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), seria dividido em dois subcréditos. O primeiro, cujo valor em 31/12/2003 era de R\$ 91 milhões, passou a ser corrigido apenas pela TJLP, enquanto o segundo, de R\$ 29 milhões, seria corrigido pela variação cambial de uma cesta de moedas.

Este último subcrédito seria perdoado pelo BNDES em julho de 2014, desde que a Zerbini cumprisse os termos do contrato com o banco (*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003*, p. 19, empresa de auditoria KPMG). O problema é que, segundo apurou a *Revista Adusp*, a instituição está inadimplente no BNDES.

Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo* (12/12/2005, p. A11), o então governador Mário Covas queria que as obras do prédio do Incor fossem concluídas. Por isso, Covas teria pedido à fundação que usasse os US\$ 50 milhões de seu fundo. A esse valor, ainda conforme a reportagem, foi necessário adicionar o empréstimo do BNDES (de US\$ 65 milhões segundo o jornal).

“Covas afirmou que o dinheiro seria ressarcido à fundação. Logo depois, o real se desvalorizou drasticamente em relação ao dólar”, relata o *Estadão*. Em 2001, o Governador morreu, sem, no entanto, “cumprir” a promessa feita à Fundação Zerbini. O fato é que, se Covas assumiu algum compromisso em nome do Estado, nada foi oficializado, e é duvidoso que isso fosse possível. Posteriormente, o *Diário de S. Paulo* relatou que seu sucessor Geraldo Alckmin “descartou a liberação de recursos para saldar a dívida” (15/12/2005, p. A8). Alckmin disse ao jornal que “o problema do InCor” é “uma briga de professores da Faculdade de Medicina”.

A mesma reportagem do *Estadão* de 12/12 fixa a dívida da fundação com o BNDES em R\$ 85 milhões, “para pagamento em 2014”, destacando a exclusão de R\$ 29 milhões correspondentes a um desconto “por possível cumprimento do contrato”. A dívida total da Fundação Zerbini, porém, é de cerca de R\$ 200 milhões, segundo informou o Conselho Deliberativo do HC no mesmo dia 12/12. A cifra correta constou de reportagens publicadas nas edições do *Diário* e

da *Folha* de 13/12. A *Folha* continuou a ignorar a dívida da Fundação Zerbini com o banco estatal (p. C6), apesar de esta já ter sido mencionada pelos outros jornais.

A esta altura, o *Diário* já divulgara que, em documento do Ministério Público Estadual (MPE), o promotor de justiça Paulo José de Palma citara a existência de uma representação noticiando que Ramires “teria feito uso, às custas do dinheiro da fundação, de segurança particular, pagamento de assessoria e empréstimos pessoais” (10/12/2005, p. A9). Ramires contestou as acusações. Seu advogado, Paulo Bonadies, foi além, chamando Palma de “pulha” (depois, retratou-se).

Procurado insistentemente, Palma não atendeu à *Revista Adusp* até o fechamento da edição. Permanece a pergunta de por que razões, enquanto responsável pelo controle e fiscalização das fundações, o promotor não tomou medidas saneadoras antes da eclosão do escândalo, sabendo-se da importância do InCor como hospital público e levando-se em conta que desde 2001 já se tornara crítica a situação da Fundação Zerbini (**vide** *Revista Adusp* 24, dezembro de 2001).

No presente contexto, é interessante retomar a posição defendida pelo diretor da Faculdade de Medicina e presidente do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina, professor Cerri, no artigo “A verdade sobre as fundações”, publicado na *Folha* em 13/9/2005, em meio

a uma forte polêmica com representantes da Adusp na seção de debates desse jornal.

Em “A verdade...”, Cerri diz o seguinte sobre o empréstimo contratado no BNDES pela Fundação Zerbini: “é fundamental lembrar que ele não foi feito para fins privados, e sim para a construção do Bloco 2 do Instituto do Coração (InCor), que, como parte do complexo do HC-FMUSP, tem seu foco central no atendimento aos pacientes do SUS. Essa ampliação

Guido Cerri,
diretor da Faculdade de
Medicina e principal acusador
de Ramires, foi membro do
Conselho Curador da Fundação
Zerbini de 1999 a 2002 e ao sair
elogiou o “profundo senso
prático” dos antigos pares

hospitalar é investimento no patrimônio público e, portanto, mesmo que haja apoio do governo para a quitação do empréstimo, não haveria uso de recursos públicos para fins privados. Ademais, os estatutos fundacionais determinam que, caso elas [as fundações] venham a ser extintas, todo o patrimônio seja automaticamente transferido para o complexo HC-FMUSP, isto é, integralmente público”.

Após mencionar que as “virtu-

des do complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, exemplo no ensino, na pesquisa e na assistência, são reconhecidas nacional e internacionalmente”, Cerri arremata: “O papel das fundações tem sido fundamental para esse cenário. Tentar menosprezar essa atuação ou insistir num discurso político-ideológico de uma falsa privatização dessas instituições públicas é prestar um grave desserviço à nossa população”.

Pelo visto, bastou que se passassem alguns meses para o diretor da Faculdade de Medicina perceber que algum nível de privatização havia no InCor, “via” Fundação Zerbini. E que, se a fundação vier a ser extinta e algum “patrimônio” seu tiver que ser “transferido para o complexo HC”, será uma enorme dívida. Ou seja: haveria uma estatização dos prejuízos.

Todavia, o professor Cerri conhece bem a Fundação Zerbini, pois foi membro do Conselho Curador da entidade entre outubro de 1999 e outubro de 2002, eleito pelo Conselho Deliberativo do HC. Quando deixou o cargo antes do final do mandato (que terminaria um ano depois), para assumir a direção da Faculdade de Medicina, escreveu: “registro a proveitosa convivência no plenário desse Conselho Curador da FZ, que se notabiliza pelo acervo de conhecimentos acumulados pelos eminentes Conselheiros e o profundo senso prático com que abordam a diversidade de questões institucionais” (*Carta ao Presidente do Conselho Curador*, 24/10/2002).